

ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS NA OBRA DE MAQUIAVEL

José Edilberto Ferracini Junior¹

Noemi Oliveira Siqueira²

Professores orientadores: Prof. Dr. André Galindo

Prof. Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes

Resumo

Trata-se de uma análise histórica e política, tanto da obra maquiaveliana quanto do momento histórico no qual o autor está inserido. Sendo assim, estuda-se a obra de Maquiavel e suas características centrais, como, por exemplo, conceitos por ele desenvolvidos. A finalidade é compreender o funcionamento dos elementos que compõem a política e o local que cada um deles ocupa no órgão estatal. Para isso, o autor adequado é Maquiavel pensador que destrincha a política ao transformá-la em ciência.

Palavras-chave: Maquiavel; Florença; Política; Partidos Políticos; História.

Abstract

It is a historical and political analysis of Machiavelli's work as well as the historical moment in which the author is inserted. Thus, we study the work of Machiavelli and its central characteristics, such as, for example, concepts developed by him. The purpose is to understand the functioning of the elements that make up the policy and the location that each of them occupies in the state agency. For this, the appropriate author is Machiavelli thinker who unravels politics by transforming it into science.

Keywords: Machiavelli, Florence, Policy, Political parties, History.

¹ Graduado em Direito pela PUC/SP, especialização em Direito administrativo, aluno curso de Formação Política do Estado, EGC, e zeferracini@hotmail.com.

² Graduada em Direito, Universidade Nove de Julho, aluna do curso de Formação Política do Estado, EGC, noemiolivisiqueira@hotmail.com.

1. Introdução

Maquiavel é um autor que trouxe grande contribuição à análise mais profunda e detalhada acerca da política e de suas estratégias e para muitos o introdutor da ciência política. Tornou-se, injustamente, sinônimo (até adjetivo) de atos ruins e inescrupulosos. Ao longo dos séculos recebeu interpretações muito distintas e continua a ser referência quando trata-se de manual de política, da formação do estado moderno, de estratégia e manutenção de poder.

O autor tem a política como objeto central, ao estudá-la expõe em suas obras diversos elementos que a compõe, sendo eles, principados/repúblicas, governantes, Igreja, nobreza, plebe, os conflitos sociais, as emoções humanas, bem como o embrião de um Estado forte, ou seja, são elementos que se relacionam entre si e possibilitam diversos acontecimentos na esfera política.

Ao analisar o objeto [a política] o modo que o faz tem como característica central a neutralidade, isto é, examina o cenário político e seus elementos como eles realmente são não como deveriam ser, desenvolvendo assim, uma teoria pura da política, tal qual Rousseau se inspirou e Kelsen aplicou ao Direito.

Contudo, o campo kelseniano é pautado unicamente na norma escrita (a ciência do direito), algo que delimita a sua exatidão e restringe o campo das interpretações. Enquanto isso, o objeto da política não possui um método instrumental, haja vista a presença do acaso como variante e a presença da versatilidade dos elementos que constituem a política.

A inovação de Maquiavel é delimitar o campo da política, e direcionar diversos elementos para este âmbito, elementos esses que não são passíveis de utilização apenas na esfera política, bem como podem ser utilizados no estudo de outras ciências, ou seja, são elementos neutros. Conseqüentemente, faz com que as interpretações de sua obra sejam tão divergentes, isto é, a neutralidade presente na obra de Maquiavel implica em maior parcialidade do leitor.

Escreveu também sobre Florença, dedicou à memória de Tito Livio (imperador Romano) uma obra que trata do conceito de liberdade e virtude cívica, atribuindo ao povo (nação) a segurança de seu território, o que serve de mote para seu livro mais célebre, O Príncipe.

No entanto, o autor não tende a ser parcial, mesmo dedicando suas obras a alguns príncipes, com isso busca demonstrar os diversos espectros da estratégia política (quase como um manual de sobrevivência do governante), como é o caso da obra *O Príncipe*. Obra essa na qual são apresentados diversos conceitos do autor, entre eles, fortuna e *virtú*, que são uma parte do liame de condução entre a mera sorte e a consequência bem sucedida de um ato político.

Posteriormente, em *Escritos Políticos* (coleção de cartas de Maquiavel) e a *Arte da Guerra*, Maquiavel, busca complementar as artes afetas às descritas em *O Príncipe*. Como contemporâneo do Renascimento intelectual, dos grandes descobrimentos e da Reforma Protestante, interagiu como espectador e autor do momento de sublimação de antigas concepções e fundou com perspicácia a nova política.

Contudo, as obras de Maquiavel não são apenas pautadas nas observações materiais do mundo político, sem sair da essência de seu pensamento o autor escreve a obra *A Mandrágora*, trata-se de uma peça teatral. Nesta obra as emoções, o acaso, as decisões e a finalidade, são abordadas a partir de cada personagem da peça. Tendo como ponto central, o elemento da passionalidade, ou seja, o ser humano movido por emoções agindo conforme sua natureza frente as circunstâncias, tanto na vida privada quanto na pública.

Além de analisar a política e seus elementos de forma realista e trazer novos conceitos, como exemplos acima descritos da fortuna e da *virtú*, Maquiavel não se limita ao momento em que vive, em suas obras também se apresenta o aspecto historicista, para complementar seus escritos, usou-se da história, compreendeu a importância do passado como ferramenta política. Característica demonstrada na introdução de sua obra “Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio” e sendo o cerne da obra “História de Florença”.

Nesta obra, Maquiavel traz os acontecimentos políticos de sua cidade natal, Florença, tendo como problemática histórica a questão da unificação, a Itália na época não se encontrava unida, gerando fraquezas interna e externa, mas apresentava costumes e língua semelhante, o que poderia ensejar uma união.

No entanto, Florença além de ser afetada pela falta de unificação da Itália era afetada pelas divisões dentro da própria cidade, passou a ser dividida por facções, ou seja, os conflitos de interesses inerentes a qualquer cidade se intensificaram em Florença, assim, a figura do príncipe para Maquiavel se justifica a partir desses conflitos inerentes as cidades, a presença

de um soberano se torna essencial para a manutenção da vida política. E, em Florença, havia divisões dentro da nobreza e dentro da plebe, impossibilitando a estabilidade e frustrando o potencial da cidade, vez que a época havia uma contenda entre o Principado de Florença e a República de Veneza. Essas, ao tempo de Maquiavel, mostravam-se como potências com virtudes distintas, Veneza voltada ao mar (comércio) e com forte influência sobre o Papado e Florença como um principado, com forte tradição republicana, em que se despontava com as virtudes do homem, vindo a ser um ícone do Renascimento, a “pátria ideal³”, mas que também buscava influir diretamente sobre o Papado.

Nessa toada, as obras de Maquiavel apresentam características realistas, materialistas e historicistas. Deste modo, há o abandono do autor em tratar das questões éticas no campo político. Como lembra João Carlos Brum Torres⁴, Maquiavel foi o pensador da política pura na medida que se recusou, terminantemente, a tratar da política e das questões políticas, como questões éticas. Pois, nas ações políticas são mais relevantes os resultados do que os meios utilizados para alcançá-los. Sabendo disso, Maquiavel trata a política como ela é [realista/materialista], enquanto na ética ocorre uma abstração, é o campo do dever ser, neste âmbito pode ocorrer do meio ser mais relevante do que o resultado, sendo assim, muitas vezes incompatível com o pensamento político.

Em suas obras nota-se que enalte-se o valor à leitura, do conhecimento da história e a análise e ensinamentos de autores Clássicos.

Por fim, é possível compreender a dimensão do pensamento maquiaveliano a partir da atemporalidade dos elementos que compõem sua obra, apesar de grandes alterações sociais ao longo de 500 anos, seus princípios e ideias continuam a se aplicar. O legado de Maquiavel excede seu período histórico, deixando o legado, seus conceitos para nossos momentos, é o que bem se nota, quando sua obra foi comentada pela Igreja Católica no concílio de Trento(diga-se proibida), por Frederico II da Prússia (em crítica à obra), por Rousseau, Napoleão Bonaparte, Mussolini, Antonio Gramsci e vindo além de Bobbio. A análise da obra política, ecos econômicos e as veias contemporâneas e modernas de Maquiavel é o que propomos nesse artigo.

³ Garin, Eugenio in *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*, Editora Unesp, 1996, tradução Cecília Prada.

⁴ Professor, doutor em Ciência Política, texto de abertura do livro *A Arte da Guerra(Dell'arte della guerra)* de Maquiavelli, Niccolò na edição da L&PM Pocket de fevereiro de 2008.

2. Um período de grandes transformações no mundo

Durante o período em que Maquiavel viveu deu-se curso o quadro de transformações do mundo no que se designa universo renascentista e marca o fim da idade média (também chamada de idade das trevas). A renascença⁵ é um período de transição, com a ruína do Feudalismo (sistema econômico, político e social que se fundamenta sobre a propriedade da terra que é cedida do senhor feudal para o vassalo em troca de serviços, proteção, parte da produção e subordinação ao senhor feudal) estando entre a Idade Média e a Idade Moderna.

O humanismo renascentista valoriza o que não é sagrado como tempo e lugares legítimos para concretização e aprimoramento das capacidades humanas em alinhamento com uma compreensão teológica e criacionista de mundo, que mais tarde seria rompida pelo Iluminismo. O Nobre renascentista deveria buscar o equilíbrio entre artes, letras e armas de forma a estar preparado para as mudanças que os ares do renascimento, das grandes navegações e do início do mercantilismo demandavam de pessoas que estaria ao cargo de lidar com o governo e o comércio⁶. Parte da transição entre esses períodos se caracteriza pela simbólica marca do dilaceramento do poder concentrado papal e a conseqüente queda do império bizantino⁷.

Em 1500, ano em que Maquiavel já está engajado, a população na Europa é estimada em 60 (sessenta) milhões de habitantes, nesse mesmo ano há o descobrimento do Brasil (período das grandes navegações) o que demonstra um período expansionista, não só de Portugal, mas de todas as nações que buscavam crescimento ou ganhar força, como é que se

⁵ O Renascimento começou na Toscana e foi centrada na cidade de Florença, essa, uma das várias cidades-estados da Itália daquele tempo que ganhou destaque econômico, proporcionando o crédito por monarcas europeus e estabeleceu as bases para o capitalismo e desenvolvimento bancário. Já em Veneza, centro de uma força comercial que detinha controle das rotas comerciais com o leste desde a participação nas cruzadas e das viagens de Marco Polo. O Renascimento provocou um impacto relevante sobre os Estados Pontifícios, bem como, sobre Roma, em grande parte reconstruída pelos Humanistas e renascentistas papas (como Alexander VI e Júlio II), estes que eram constantemente parte intrínseca da política italiana, por arbitrar disputas entre as concorrentes potências coloniais e em oposição a Reforma.

⁶ Uma obra literária que retrata o momento histórico e demonstra os ecos do renascimento sobre a Europa, o Mercador de Veneza de William Shakespeare demonstra a Itália renascentista com o comércio emergente, bem como, as tensões entre judeus e cristãos católicos, divisão constante e exclusão social de estrangeiros.

⁷ Iniciou em 476, quando Rômulo Augústulo, o último imperador romano do Ocidente, fora enviado à Constantinopla, e, alcançou seu fim em 1453, após a morte de Constantino XI em batalha e a conquista Turca. (MONTEIRO, João Gouveia. **História concisa do Império Bizantino: das origens à queda de Constantinopla**. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2020)

vê nas cartas emitidas por Maquiavel⁸ que reunidas formam parte de seus escritos políticos, é o que se nota da potência marítima que se tornou Veneza⁹. Em 5 de janeiro daquele ano, O Duque Ludovico Sforza¹⁰ consegue a reconquista de Milão. Aldo Pio Manuzio edita em Veneza um livro com a correspondência de Santa Catarina de Sena onde aparece um novo tipo de design tipográfico, conhecido como *cursiva italiana* ou *Itálico*.

Em novembro de 1500, Fernando II de Aragão (Fernando, o Católico) e Luis XII de França firmam o Tratado de Granada¹¹, pelo qual se reparte a porção sul da Itália. Luís XII e Fernando de Aragão dividem o reino de Nápoles. Dois anos antes, em 1498, Maquiavel, com 29 anos, após uma tentativa frustrada, alcança a segunda chancelaria do Governo de Florença. Essa constante fratura da península italiana será um dos grandes motes de Maquiavel, que via na unidade do Estado uma forma de força e poder, além da retomada histórica do que os romanos significaram para o mundo explorado até então.

Entre os séculos XVI e XVII surgirão pela Europa os primeiros trabalhos focados em assuntos de natureza econômica e, associadas ao desenvolvimento do capital comercial, as finanças da monarquia absoluta e ao conjunto de elementos que integram o processo da “acumulação primitiva do capital”, sendo que o enriquecimento individual começa a ser aceito como atitude normal das atividades humanas, coisa que a Reforma viria a legitimar no plano filosófico-religioso.

O período histórico é de mudança de instituições e valores no seio da sociedade, a queda da ordem feudal, substituída pelo absolutismo monárquico aliado ao crescimento e empoderamento das cidades demonstra um ritmo, qual seja, transição. Maquiavel é, nesse

⁸ Em especial na carta escritos sobre a Alemanha, Relatórios sobre as coisas da Alemanha: “A proposta era obter meios garantidos para invadir a Itália e coroar-se imperador, o que fez por sua vontade própria e, ainda, por ter sido solicitado pelo enviado do pontífice(…)” (Maquiavel, Nicolau *in* **Escritos políticos**, texto integral, Martin Claret, 2002.)

⁹ Site Estadão, João Lara Mesquita, “Veneza, Sereníssima, engenharia pura e bom gosto desde o século 5 d.C.” in <https://marsemfim.com.br/veneza-serenissima-prodigio-engenharia-sec-5/>

¹⁰ Ludovico, o Mouro, da família que mantinha o poder sobre Milão, importante protetor de Leonardo da Vinci, de quem encomendou o quadro “a última ceia”, e para quem há a importante carta de Leonardo sobre os esforços bélicos que poderiam auxiliar na expansão e manutenção do Estado.

¹¹ Há o Tratado de Granada de 1491 entre o rei mourisco Abu’AdaAllah Muhammad e os Reis Católicos Fernando II e Isabel de Leão e Castela em que retira a soberania mourisca e restitui aos reis católico o território do Reino de Granada, mas nos referimos ao Tratado de Granada que trata de repartir o território da Sicília Citerior (Sobre la base de los acuerdos, el norte del reino quedó en poder de Francia, formándose el Reino de Nápoles, y el sur en manos del reino de Aragón, uniéndose a Sicília Ulterior)

palco, agente de transformações e também espectador de todas as mudanças que transcorriam nesse mundo renascentista. Maquiavel, nota-se por sua produção inovadora, recebeu influência de outro florentino, Dante Alighieri (1321), além de ser contemporâneo de outros expoentes das ciências, como, Leonardo da Vinci (1452-1519), Erasmo de Roterdã (1466-1536), Girolamo Savonarola¹² (1452-1498), Thomas Morus¹³ (1478-1535) entre outros.

Os fundamentos basilares da estrutura de poder medieval, o clero e a nobreza, já não sustentavam sozinhos a antiga hegemonia política nem poder-estatal feudal que era descentralizado politicamente, pois cada nobre detinha direitos ao seu próprio exército, como descreve Maquiavel em várias cartas¹⁴, na sua forma de execução da justiça, com moeda própria e seu sistema tributário e tal descentralização cede aos ditames defendidos por Maquiavel de Estado Moderno, com governo centralizado (O Príncipe) e unificado, sendo também o conceito de governo absoluto uma corrente que era estranha aos arquétipos medievos. Nesse contexto, encontra-se a cidade natal de Maquiavel, Florença.

3. Acontecimentos históricos que influenciaram a obra de Maquiavel

O momento histórico foi o mais propício para alguém como Maquiavel escrever seus tratados políticos, pois as questões vivenciadas eram um prato cheio de exemplos do que fazer, como fazer e o que evitar, mas, além disso, ele teve a perspicácia de dissecar tais atos e oferta-los em obras políticas atemporais. Como colocamos acima, ele foi autor, ator e plateia do caldeirão de intrigas políticas vivenciadas na Itália do medieval, naquele período de transição para a Idade Moderna.

A história é intrigada e tentaremos trazer os momentos mais marcantes da política para que se entenda o que ele vivenciou e como pode, entre poucos, desenvolver os escritos sobre a política.

¹² O Tratado sobre o regime e o governo da cidade de Florença, em que trata de 3 formas de Governo, governos em geral e especialmente ao reino, a tirania (a pior forma de governo) e o governo civil

¹³ Autor de Utopia (1516), obra inspirada na República de Platão, entre outros escritos.

¹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau, Escritos Políticos, Martin Claret, 2002. – compilado de cartas e escritos políticos de Maquiavel.

Apesar de cheia de reviravoltas, demanda-se um pouco de paciência e atenção, pois todos os nomes e datas são essências para compreender o intrigante xadrez político daquele período. Entre os anos de 1450 a 1500 transcorreu o Governo dos Sforza em Milão. O novo duque de Milão assina a paz com Cosimo de Médici, de Florença, e com Nápoles, criando a tríplice aliança em Itália¹⁵.

Entre o nascimento de Maquiavel e a idade em que escreveu suas obras, a contenda política era efervescente. Em Florença naquele período, especificamente, entre 1464 e 1469, Piero de Médici governa Florença, após a morte de seu pai, Cosimo de Médici. Depois, entre 1469 e 1478, Lorenzo e Giuliano de Médici governam Florença após a morte de Piero. No contraponto das forças Italianas, a queda de Constantinopla em 1453 agendou o início da decadência de Veneza, pois a descoberta por Vasco da Gama do caminho pras Índias e a descoberta da América deslocaram as rotas de comércio daquele setor marítimo para outro eixo, além do que Veneza obrigou-se numa constante guerra contra os turcos otomanos, o que drenou muito de sua riqueza e viu-se obrigada a manter o foco na guerra.

Já em Milão, entre os anos de 1447 e 1450, foi uma república (conhecida como República Ambrosiana¹⁶), depois entre os anos de 1466 e 1476, Galeazzo Maria Sforza, que era conhecido por ser cruel e tirano, governa Milão, acabando seu governo, tendo sido assassinado (cogita-se que foi assinado por altos oficiais da corte de Milão).

Naquele mesmo período, porém entre 1471 e 1484, o Papa Sisto IV¹⁷ (nascido como Francesco della Rovere, depois, em 1467 foi nomeado Cardeal della Rovere pelo Papa Paulo II) tentou consolidar os Estados da Igreja. No papado de Sisto iniciou-se a Construção da Capela Sistina e houve a criação dos Arquivos do Vaticano. Em 1471 houve a conciliação de Lourenço de Médici com o Papa Sisto IV, que fez com que a casa dos Médici viesse ser

¹⁵ Após as guerras na Lombardia entre Veneza e Milão, que terminaram em 1454, o norte da Itália tinha permanecido em relativa paz durante os reinados de Cosimo de Medici e Lorenzo de Medici, governantes de Florença.

¹⁶ O Ouro ambrosiano República(1447-1450) foi um governo de curta duração fundada em Milão por membros da Universidade de Pavia, juristas e nobres, com o apoio popular, após o vácuo de poder deixado à morte sem descendência do duque Filippo Maria Visconti. Com a ajuda de Francesco Sforza que realizou-se contra as forças da República de Veneza, in https://pt.qwe.wiki/wiki/Golden_Ambrosian_Republic

¹⁷ Francisco ingressa na igreja por meio de uma ordem franciscana, uma escolha improvável para quem tinha aspirações políticas. Foi Papa de agosto de 1471 até sua morte em 1484 (13 anos de papado). Teve entre seus primeiros atos declarar uma nova cruzada contra os Turcos Otomanos. Há relatos que foi ordenado Papa após 4 dias de conclave, por uma ajuda de bastidores promovida por Rodrigo Borgia.

confirmada com seus privilégios bancários e fosse nomeada recebedora dos rendimentos papais (acordo de suma importância para uma casa bancária, ainda mais considerando que seu principal cliente, o papado, era o ícone do Poder e da riqueza).

Já em 1474 o Papa Sisto IV e o rei de Nápoles, Ferrante, são convidados a juntar-se à aliança entre Florença, Veneza e Milão, concluída neste mesmo ano, no entanto não aceitam o que gera uma fissura nas relações entre as forças políticas.

O Papa Sisto IV junta-se à Nápoles, alienando os Médicis das regalias comerciais e bancárias que detinham, esses, então deixam de ser banqueiros oficiais do papado, sendo substituídos pelos Pazzi (de Florença), que com o apoio do Papa, promovem a Conspiração dos Pazzi¹⁸ (tentativa de tirar os Médicis do poder em Florença). A história conta que durante uma missa em Florença mataram Giuliano de Médici¹⁹ e feriram Lourenço de Médici, tentando os Pazzi, com isso, apoderar-se do poder em Florença; nesse ano, Maquiavel completaria 9(nove) anos de idade.

Lourenço, em vingança, quase exterminou a família Pazzi, perseguindo e banindo de Florença os que conseguiram escapar, além de confiscar os bens da família Pazzi.

Em represália, o Papa Sisto IV publica-se interdito sobre Florença²⁰ e a excomunhão de Lourenço de Médici, também confiscando os bens da família em Roma, isso implica no fim da tríplice aliança entre Florença, Veneza e Milão que, até aquele momento, mantinham a balança do poder em Itália, e isso levou à guerra que envolveu quase todas as potências italianas.

Gian Galeazzo Sforza (Milão), marido de Isabel de Nápoles, apoia Florença contra Nápoles (governada por Ferrante I), após a Conspiração dos Pazzi. Afonso de Aragão, Duque da Calábria, invadiu a Toscana; Veneza e Milão apoiaram Florença, Ferrante de Nápoles

¹⁸ Ou Conjura dos Pazzi – que foi a tentativa da outra família rica de Florença tomar o poder econômico e político da região.

¹⁹ Em português com a denominação de Juliano de Medici.

²⁰ O papa, que estava alinhado com os Pazzi, não gostou dos atos de Lourenço e mandou Fernando I, rei de Nápoles, prendê-lo. No entanto, o patriarca Medici, conhecido como “il Magnifico”, negociou um acordo com Sisto IV para dirimir a contenda. O acordo incluía, entre outras coisas, que os melhores renascentistas de Florença, como Botticelli e Ghirlandaio, fossem os responsáveis pela decoração da Capela Sistina.

engendrou uma revolta em Milão, nesse mesmo período os Turcos atacaram Veneza²¹ e a peste negra reapareceu.

Apreensivo, Lourenço di Medici voluntariamente se entrega a Ferrante (diga-se, vai ao terreno inimigo e se deixa prender), e por meio da sua vocação diplomática e da afirmação de que apoiaria as pretensões francesas ao trono de Nápoles, conseguiu a assinatura da paz. A guerra terminou com a captura de Otranto (1480). Dizem que esse momento de Lourenço di Medici inspirou muito do modelo Maquiavélico de governante.

Entre 1478 e 1492, Lourenço de Médici (o Magnífico, a quem Maquiavel dedica ‘O Príncipe’) governa sozinho Florença. Continua genericamente a política de Cosimo. Detinha poder e prestígio de um príncipe, sem nunca ter tido o título nem o cargo. O seu casamento com Clarice Orsini²², uma das principais casas aristocráticas de Roma, foi o primeiro casamento com uma família principesca dos Médici.

Em 1492 Piero de Médici (O desafortunado), sucedeu a seu pai, Lourenço²³, o Magnífico, no governo de Florença (à ele Maquiavel escreve ‘O Príncipe’). Filho de uma Orsini e casado com uma Orsini, aliou-se secretamente com Nápoles para espoliar Milão, o que provocou a aliança de Ludovico Sforza com os exilados napolitanos que tinham chamado Carlos VIII de França a intervir em Nápoles (1494). Em 1494 Carlos VIII entra em Florença, Piero é expulso da cidade pelos florentinos pois entenderam que ele cedeu às pressões. Os Florentinos proclamam a república.

Nos idos de 1492 a 1503, Alexandre VI, cardeal Borgia, membro de uma família aristocrática da Catalunha, foi um estadista ativo, mas completamente imoral, cuja vida foi um escândalo, mesmo aos olhos dos não convencionais padrões da Itália renascentista. O seu principal objetivo era estabelecer a sua família na Itália central. Destruiu o poder das grandes famílias aristocráticas de Roma, como os Colonna e os Orsini, e por meio do seu filho segundo, César Bórgia (1457-1507), antigo cardeal e um dos principais personagens do livro de Maquiavel, *O Príncipe*.

²¹ Acima mencionada como uma das razões para perda da influência política e econômica de Veneza frente ao Papado e à Itália, vez que a guerra consumiu muito tempo e esforços de Veneza.

²² Clarice Orsini foi mãe do Papa Leão X

²³ Dizem que a morte de Lorenzo de Medici desencadeou o período chamado de Guerras Italianas, pois sua forte figura e seus esforços políticos buscavam dar harmonia às desavenças entre os nobres e a Igreja, e consequentemente entre as cidades italianas.

Em 1503 Maquiavel testemunha vários crimes cometidos por Cesar Bórgia, o que intensifica sua produção de textos descrevendo os ocorridos e entre eles descreve a rotina de crimes políticos, como a carta “Como o Duque Valentino matou Vitellozzo Vitelle, Oliverotto da Fermo e o Duque de Gravina Orsini” (Carta de 1503)²⁴.

Os exércitos pontífices conseguem conquistar a Romanha de que César se tornou duque até 1506, ano em que foi preso pelo Papa Júlio II e expulso para Espanha.

Em 1509 Maquiavel adverte em seus escritos contra o perigo representado pelo expansionismo do Estado pontifício. Em 1510 Maquiavel escreve, após atuar como mediador entre o Papa e o Rei da França, *Ritratto dele cose di Francia*. Em 1511 agravam-se os conflitos entre o Papa e o Rei da França, em que esse acusa o Papa de simonia.

Em 1512 os franceses vencem as tropas católicas e Maquiavel é exonerado de seu cargo, multado e proibido de entrar nos prédios do governo. No ano seguinte, já aos seus 44 anos, é preso e torturado, acusado de promover uma rebelião contra os Médicis. Reconhecida sua inocência se retira para o exílio, onde escreve O Príncipe, ou no original, *DE PRICIPATIBUS* (que pode ser traduzido como ‘Dos Principados’) e que dedica a Lourenço II de Medici (pai de Catarina de Medicis, rainha consorte francesa e personagem influente nas guerras religiosas francesas, em especial o massacre da noite de São Bartolomeu).

4. O historicismo na obra maquiaveliana

A unificação de Florença é um ponto focal nos estudos de Maquiavel, pois todas as províncias daquela região estavam desunidas por haver constante conflito entre os interesses dos nobres, da Igreja, com uma nascente classe (comerciantes) e o povo. No entanto, em Florença, sua cidade natal, essa divisão se exacerbou, criando facções, impossibilitando a estabilidade e frustrando o potencial que Florença, na visão do autor, possuía para ser um novo Império Romano.²⁵

²⁴ <http://penbalmedia.com/Essays/03-Machiavelli-Duke-Valentino.html?i=1>

²⁵ E, sem dúvida, se Florença, depois de libertar-se do Império, tivesse tido a felicidade de assumir uma forma de governo que a mantivesse unida, não sei que república, moderna ou antiga, lhe seria superior, tamanha seria sua *virtú* das armas e da indústria com que se encheria. (MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. pag. 9. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.)

Vale também mencionar que as cidades-estados italianas encontravam-se em grande desunião, todas exerciam relativo poder político regional e grande influência comercial, Maquiavel via nessa desunião um ponto de fraqueza dos antigos povos romanos, que já havia sido o maior “Estado” do planeta. A ascensão de Florença também mostra o conflito político e comercial entre os ícones daquela época, Veneza, o centro marítimo e político e a ascendente Florença.

Para compreender o contexto o qual Florença se encontrava no período em que Maquiavel realizou seus estudos, é oportuno regressar à antiguidade. Depois da hegemonia grega, houve a ascensão e a superioridade do Império Romano sobre os demais povos. Esta primazia deu-se em função da força militar, bem como a unificação alcançada ao dividir os povos entre romanos e não romanos²⁶, assim, qualquer pessoa não romana, independentemente do quão nobre fosse, era inferior a um romano, eis que o nascer romano já caracterizava uma supremacia, unindo todo o Império.

Até então, os romanos possuíam uma consciência fortíssima sobre sua própria origem, e a gestão do Império foi solidificada nessa cultura, demonstrando aos romanos importância de sua história. Logo, a proteção territorial se dava de maneira conexas, pois todos estavam vinculados entre si para preservar o Império face aos inimigos.²⁷

Como se sabe, houve a repartição do Império Romano para um melhor gerenciamento, porém alguns líderes não possuíam perspicácia necessária para a manutenção da parte que lhe cabia, acabaram deixando o Ocidente (Itália) exposto, sendo possível a invasão e supremacia de outros povos que além de atacar as províncias, traziam outras culturas responsáveis pelo enfraquecimento da identidade romana, ensejou em diversas mudanças na perda da unificação do Império. Em parte, isso também se deu em função dos contínuos conflitos internos, em bom exemplo, o constante conflito entre Guelfos e Gibelinos detalhado por Maquiavel em a História de Florença.

²⁶ Carta “A Maneira de tratar os povos rebelados do Vale do Chiana”: “Para os que não se incomodavam, os romanos tinham dois processos a aplicar: um era o de destruir as cidades e fazer com que seus habitantes fossem morar em Roma; o outro era afastar os cidadãos antigos e mandar novos habitantes.” (MAQUIAVEL, Nicolau, **Escritos Políticos**, Martin Claret, 2002.)

²⁷ Maquiavel traz que as mudanças no governo, leis, costumes, modo de viver, religião, língua, trajes e nomes, podem arruinar qualquer reino por mais potente que seja. Para ele esses foram um dos motivos que resultaram na queda do Império Romano. (MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. pag. 19. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.)

Perante tanta instabilidade, o medievo é marcado pela busca da unificação um dia presente na Antiguidade. Contudo, tal união só foi possível lograr na Idade Moderna, trazendo como características as noções de território de soberania e do povo defendendo tais premissas, elementos necessários para a estabilização política, tendo Maquiavel como responsável por inaugurar com esses elementos o pensamento político moderno, bem como, o conceito de estado moderno.²⁸

Nessa perspectiva, sabe-se que a Florença de Maquiavel ainda pendia com as marcas da ruína do Império Romano.

Para compreender a situação de Florença e da Itália, Maquiavel em sua obra²⁹ viu na necessidade de perpassar desde a queda do Império Romano até o momento o qual vivia, realizando um estudo apegado com a realidade dos fatos e de aspectos políticos. Os estudos promovidos por ele permitiram concluir quais mudanças foram responsáveis pela perda da força e queda do Império Romano por mais impetuoso que este fosse, as mudanças que ocorriam frequentemente na Itália e, ainda mais, em Florença eram apenas repetições de épocas já vividas.

Esse aspecto presente em Maquiavel, o historicismo, traz uma característica marcante em sua obra, a questão das ações humanas³⁰ serem realizadas observando os fatos pretéritos, pois para ele os homens sempre são movidos por sentimentos atemporais, logo tendem a realizar as mesmas ações ocasionando resultados idênticos, ou seja, circunstâncias históricas que se repetem somadas às ações humanas repetitivas frente a determinados fatos, em razão das características intrínsecas ao homem visto a partir de um ponto de vista histórico.³¹

²⁸ A idade do meio se revela historicamente como o longo período em que a ideia de Estado se apresenta amortecida em face da multiplicidade e competições de poderes rivais. [...] Sua formação [o Estado moderno] vinha precedida dos antagonismos da Idade Média entre o poder espiritual e o poder temporal, entre o imperador germânico-romano e os novos reis que surgiam da decomposição dos feudos. Sobre essa decomposição se levantava nova ordem de agregações políticas mais prestigiosas. De modo que um poder novo se firmou no Estado moderno e este poder foi o poder dos monarcas independentes; poder absoluto, que precisava de justificativa teórica. (BONAVIDES, **Paulo. Ciência Política.** págs. 134 e 136, Editora Malheiros, ed.18º, 2011.)

²⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença.** 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

³⁰ Notem a importância do homem como centro de suas ações (renascimento).

³¹ Se na obra *O Príncipe*, Maquiavel já sinaliza a importância da história para a argumentação de sua teoria política, na obra *Discorsi* enfatiza ainda mais o valor dos exemplos para a teoria política, ao afirmar a função universal dos exemplos históricos para a boa ponderação antes da tomada de decisões políticas (...) - (NUNES, S. G. S. **As Origens do Constitucionalismo Calvinista e o Direito de Resistência: A legalidade bíblica do**

Quando o governante compreende esta peculiaridade recorrente, tanto na história em sentido estrito quanto na história do próprio homem, e ao perceber passa a realizar suas ações de acordo com tais exemplos, a possibilidade de sucesso durante o governo se torna mais provável.³²

Em a “História de Florença”³³ Maquiavel chega aos elementos que implicaram em Florença não alcançar sua unidade e se achasse dividida entre tantas frações, gerando conflitos infundáveis no seu corpo social.

5. A relação entre o público e o privado e a degeneração do poder político

A primeira divisão em Florença se deu quando a Itália se encontrava dividida entre as facções políticas de guelfos e gibelinos³⁴. A divisão inicial nos principados, como muitas outras, decorreu do conflito entre os nobres, tendo como protagonistas as famílias dos Buondelmonti e dos Uberti. Eis que o chefe da família dos Buondelmonti ao trocar de noiva, desonrou a família dos Amidei que eram parentes dos Uberti, para vingar tal injúria ambas as famílias o mataram, dividindo a cidade entre os que apoiavam os Buondelmonti e os que

profeta em John Knox e o contratualismo secular do jurista em Théodore de Bèze. pág. 274. Teses (Doutorado) USP. 2016.)

³² Em termos gerais, este *riscontro* diz respeito ao fazer humano ou, mais precisamente, ao encontro entre a natureza humana e a natureza dos tempos. O juízo geral é que, se não houver qualquer encontro entre os modos de proceder e a natureza dos tempos, a ação não poderá ser bem sucedida. (ARANOVICH, Patrícia, **O riscontro: Considerações sobre a política e a história em Maquiavel**, Tempo da Ciência, p.73, vol.20, n°40, 2013.)

³³ “Ela (Florença) nasceu sob o Império Romano, e nos tempos dos primeiros imperadores começou a ser lembrada pelos escritores. E quando o Império foi invadido pelos bárbaros, Florença foi destruída por Tótila, rei dos ostrogodos e, 250 anos depois, reconstruída por Carlos Magno.” (MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. pag. 79. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.)

³⁴ Os guelfos e gibelinos eram facções que dividiram a cidade (partidos), ou seja, uma parte das famílias seguiam os guelfos e outras os gibelinos, gerando assim falta de ordenação em Florença. O povo tinha predileção pelos guelfos, pois gostavam da igreja e os gibelinos se juntaram com Frederico II, rei de Nápoles, que queria ser mais forte que a igreja. Após a morte de Frederico houve uma união entre guelfos e gibelinos possibilitando ordenação na cidade, porém durou apenas 10 anos, e os conflitos entre eles continuaram tendo assim instabilidade no poder. Depois de tantos ocorridos chegou o momento em que os gibelinos deixaram a cidade e a ordenação voltou. Por fim, este conflito entre guelfos e gibelinos enfraquece, pois Florença começou a ter guerras externas. A paz interna que a cidade alcançou havia como que extinguido os partidos políticos, essa ideia de guelfos e gibelinos ficou apenas no humor do povo, nada tão latente como antes. (MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. págs. 82-94. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.)

apoiavam os Uberti, esse conflito percorreu gerações até que os Uberti conseguiram expulsar os Buondelmonti da cidade.³⁵

As divisões que ocorriam em Florença eram extremas, em alguns momentos faziam com que a cidade crescesse em outros beirava o caos (abaixo descrevemos o aspecto político desse período). Para tais divisões Maquiavel denomina facções³⁶, (e alguns consideram o embrião de partidos políticos), cisão dentro da mesma classe social por motivações particulares. As divisões presentes em Florença eram oriundas da esfera privada (nobres, burgueses e Igreja) e reverberava na esfera pública, enfraquecendo o Estado e Maquiavel notou de forma prática que isso enfraquecia o povo e sua percepção de prosperidade³⁷.

Ainda notava que o *popolo*³⁸ tinha restrita participação na administração pública, pois a administração do estado oligarquico ficava a cargo de membros da alta burguesia e das famílias de grande expressão política. Daí Maquiavel entende que a participação popular auxiliaria na formação e manutenção do Estado, isso se nota, nos Capítulos XV (as razões pelas quais os homens, especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados)³⁹, XVII (crueldade e a clemência, se é preferível ser amado ou temido)⁴⁰, XXIV (As razões por que os príncipes da Itália perderam seus domínios), XXI (Como deve agir um príncipe para ser estimado)⁴¹, de sua obra, O Príncipe.

³⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. págs. 80-82. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

³⁶ Diferentemente da concepção de que a divisão em partidos é positiva e própria da sociedade democrática, para Maquiavel essa cisão é nociva à república e fonte da corrupção, por se fazer em contraposição à utilidade comum. (MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. pag. 602. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007)

³⁷ Dentro dos conceitos de *fortuna* e *virtu* que encontramos ao longo de todos os textos de Maquiavel.

³⁸ Artesão e a pequena e média burguesia

³⁹ “Resta ver agora como um príncipe deve conduzir-se com os súditos e os aliados.” (...) “será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.”

⁴⁰ “O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal.” (...) “A resposta é que seria desejável ser ao mesmo tempo amado e temido, mas que, como tal combinação é difícil, é muito mais seguro ser temido, se for preciso optar.” (...) “Não obstante, o príncipe deve fazer-se temer de modo que, mesmo que não ganhe o amor dos súditos, pelo menos evite seu ódio.” (...) “isto é conseguido por aquele que se abster de atentar contra o patrimônio dos súditos e cidadãos, e suas mulheres.”

⁴¹ “Nada faz com que um príncipe seja mais estimado do que os grandes empreendimentos e os altos exemplos que dá.”

Em decorrência dessas intrigas causadas pelas divisões Maquiavel vê a necessidade de Florença ser uma república não apenas em sua nomenclatura, mas também em sua essência. Observa na figura do príncipe⁴² um centralizador hábil e mediador desses conflitos, como foi dito Florença não era dividida apenas entre igreja, nobres e povo, havia incontáveis subdivisões.

Muitos governantes não sabiam lidar com tais problemas e seu governo se degradava rapidamente, sendo nesse contexto que Maquiavel trata dos conceitos de fortuna e *virtú* em O Príncipe.

6. O absolutismo como instrumento de estabilização política

Diante de tais circunstâncias, Maquiavel apresenta em *O príncipe*, após análise de diversos governantes (tanto os fracassados quanto os vitoriosos, bem como do Estado de Florença), instruções aos príncipes de como um principado deve ser governado, como funciona, os tipos de Governo, quem são os que se mantém no poder, como devem agir, entre outras provisões.

Maquiavel, que foi diplomata, vê na figura do governante o titular do poder e um mediador dos conflitos entre poderes da Igreja, os nobres (e entre si) e o povo, sendo assim, os conflitos inerentes em uma população justificam a existência do príncipe, eis que é o responsável por estancar a sangria, legitimando assim, sua autoridade e com isso fortalecendo o Estado, e conseqüentemente toda a sociedade que está sob determinado poder.

Não obstante, tamanha foi a influência que Catarina de Médici, discípula de Maquiavel, leva para a França o modelo político descrito por ele, centralizar o poder na mão do governante, e isso influi a formação do Estado Francês naquele período, além de comprovar que o modelo proposto dava força ao Governo e trazia repercussões diretas na força do Estado. No entanto, dado o atribulado momento histórico e político daqueles tempos,

⁴² “Em todas as cidades se podem encontrar essas duas facções, que nascem do desejo do povo de se subtrair à opressão dos poderosos, e da tendência destes últimos para dirigir e oprimir o povo.(...)Quando os ricos percebem que não podem resistir à pressão da massa, unem-se, prestigiando um dos seus e fazendo-o príncipe, de modo a poder perseguir seus propósitos à sombra da autoridade soberana. O povo, por outro lado, (... procura exaltar e criar um príncipe dentre os seus que o proteja com sua autoridade.” (MAQUIAVEL, Nicolau, **O príncipe**, Martin Claret, 2003, pág. 68, Capítulo O Governo Civil)

após o acontecimento da noite de São Bartolomeu⁴³ surge o temor em centralizar o poder na figura de um soberano, trazendo uma compreensão negativa a respeito da obra de Maquiavel⁴⁴, haja vista que o autor defende o absolutismo, porém, a conduta absolutista de Catarina de Médici implicou no terrível massacre religioso. Entretanto, sabe-se que na obra de Maquiavel até o poder do soberano encontra seu limite e precisa haver limites, entre eles a questão proposta de que o governante pode ser duro mas precisa dosar a força para sempre manter a empatia da população.

Nessa toada, o Mundo ocidental vivenciava expoente efervescência econômica, grandes conflitos de poderes, ruptura com o pensamento medievo, neste momento era o mais propício que o príncipe fosse o centro de poder e convergência, mas para tanto precisaria ser astuto e saber lidar com situações diversas, das quais Maquiavel traria lições preciosas para firmar e concentrar o poder.

7. O estabelecimento da forma de governo

É necessário compreender quais são as formas de governo existentes até a época em que Maquiavel escreveu sua obra. Realizando uma análise histórica o autor compreendeu a existência de três formas de governo e uma forma de degeneração de cada uma delas, podendo assim concluir um total de seis formas, três boas e três ruins⁴⁵.

Para Maquiavel a determinação da forma de governo é o primeiro passo a ser dado ao governar um Estado, pois é ela que determinará o comportamento de cada indivíduo no

⁴³ Na verdade, Bèze manifesta, em sua crítica a Maquiavel, um lugar comum das obras políticas calvinistas, o anti-maquiavelismo, percepção sobretudo vinculada à figura de Catarina de Médici, considerada pelos calvinistas a mentora *da noite de São Bartolomeu, a senhora serpente*, regente então da França, cujo o antepassado, Lourenço de Médici, *o magnífico*, fora agraciado com a dedicatória de O Príncipe.

De todas as obras protestantes sobre política, aquela que mais especificamente considera *a noite de São Bartolomeu* como um massacre perpetrado nos moldes de uma conspiração maquiavélica seria o *Anti-Maquiavel* de Innocent Gentillet, um nobre huguenote refugiado em Genebra, que sobreviveu aos massacres. (NUNES, S. G. S. **As Origens do Constitucionalismo Calvinista e o Direito de Resistência: A legalidade bíblica do profeta em John Knox e o contratualismo secular do jurista em Théodore de Bèze**. pág. 302. Teses (Doutorado) USP. 2016.)

⁴⁴ Obra que já havia sido proibida pela Igreja, no contexto da contrarreforma, no Concílio de Trento, in *Index Librorum Prohibitorum*, na letra N, com o nome *Nicolaus Macchiauellus*, incluído lista *auctores quorum libri & scripta omnia prohibentur* (autores cujos livros e todos os escritos são proibidos).

⁴⁵ (MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio, Editora UNB, 3ª edição revista. pg.24)

funcionamento do Estado, porque a partir da forma de governo começa-se a traçar a constituição de uma cidade (os fundamentos basilares).

Notou que as formas de governo mais recorrentes eram a monarquia, oriunda do direito de sucessão; a aristocracia, governo de alguns para fins de inibir o poder do monarca quando este exceder suas funções e se converter em um déspota, e a democracia quando a maioria deseja participar da vida política uma vez que a aristocracia se degenerou se convertendo em uma oligarquia representando apenas o interesse de poucos, porém no cerne da democracia também há sua degradação que é a permissividade, as pessoas em razão de interesses particulares passam a não se respeitarem mutuamente.⁴⁶

Sendo assim, percebe que todas as três formas de governo tendem a se degenerarem rapidamente, para Maquiavel isso ocorre porque a centralização impede o equilíbrio. A monarquia centraliza o poder na mão do príncipe, a aristocracia na mão dos melhores, e a democracia na mão do povo, logo em razão da prevalência de interesses particulares a putrefação é mais rápida, eis que é composta por homens com sentimentos inconstantes. Ao deixar o governo para um só grupo, haverá parcialidade, será uma questão de tempo para o privado se sobressair ao público arruinando o Estado.

Deste modo, Maquiavel compreende que a melhor forma de governo é a República, vez que nela estão presentes de forma equilibrada características da monarquia, aristocracia e democracia, podendo assim implicar em uma manutenção conjunta do Estado, uma constituição sólida visando o bem de todos, capaz de neutralizar a sobrepujança de interesses particulares de determinados grupos, ou seja, assegurando a ordenação na cidade, tal qual ocorreu na República de Roma⁴⁷.

⁴⁶ (MAQUIAVEL. Discursos. pg.24)

⁴⁷ Para mim todas essas formas de governo [monarquia, aristocracia e democracia, despotismo, oligarquia e permissividade] são igualmente desvantajosas: as três primeiras, porque não podem durar; as três outras, pelo princípio de corrupção que contêm. Por isto, todos os legisladores conhecidos pela sua sabedoria evitaram empregar exclusivamente qualquer uma delas, reconhecendo o vício de cada uma. Escolheram sempre um sistema de governo de que participavam todas, por julgá-lo mais sólido e estável: se o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente. [...]
A sorte favoreceu de tal Roma de tal modo que, embora tenha passado da monarquia à aristocracia e ao governo popular [...] o poder real não cedeu toda a sua autoridade para os aristocratas, nem o poder destes foi todo transferido para o povo. O equilíbrio dos três poderes fez assim que nascesse uma república perfeita. (MAQUIAVEL. **Discursos**. pags. 25-27)

8. Os fundamentos inerentes para o funcionamento do Estado

Após o estabelecimento da forma de governo, é necessário constituir a base do Estado que se concretiza através de fundamentos sólidos que serão responsáveis por manter a cidade ordenada, evitando a corrupção⁴⁸ e conseqüentemente sua ruína. Na visão de Maquiavel os principais fundamentos do Estado é a presença de boas leis e armas⁴⁹.

Na elaboração das leis o legislador deve procurar adaptá-las aos costumes das pessoas que vivem na cidade, para assim, evitar uma constante reforma legislativa, eis que os homens tem resistência a mudanças podendo haver a rejeição, ou seja, é difícil realizar a readaptação a qual implica em mudanças de costumes já cristalizados, é mais fácil as leis se adaptarem aos costumes do que o contrário, conseqüentemente, a reforma constante das leis poderá romper com a harmonia política e deteriorar o Estado⁵⁰.

Como foi dito, a forma de governo que proporciona melhor harmonia entre os grupos, para Maquiavel é republicana de governo. Cabe ao príncipe como representante do Estado, evitar sua ruína, para tal fim o soberano deve possuir as armas, símbolo de força e proteção; ao legislador é incumbida a elaboração de boas leis a partir da observação dos costumes; e ao povo é assegurada a participação da vida política na medida do possível, ou seja, consoante os fundamentos estabelecidos, respeitando-se mutuamente.

Sendo assim, a existência das armas e das leis são complementares para uma boa ordenação da cidade, no entanto, ao estabelecer forma de Estado e leis, é necessário partir da

⁴⁸ A corrupção é a degradação dos costumes e o desrespeito às leis. Maquiavel explica utilizando os conceitos de formas e matéria, sendo que as leis e as ordenações concernem à forma, e o legislador, como aquele que impõe a lei, procura impor uma forma a matéria do estado, que é a população que o constitui. A corrupção pode ser atribuída ao desencontro entre a forma e a matéria do estado, um desencontro progressivo. A matéria é o que pode ser ordenado, como na fundação do estado, mas também o que é desordenado pelo tempo, “pouco a pouco”, “de geração a geração”, isto é, progressiva e lentamente [...]. Existe corrupção, não porque as ordenações tenham se tornado corruptas, mas porque a realidade se altera de tal modo que a forma perde a capacidade de responder à matéria, ou seja, quando já não tem a capacidade de conter os maus costumes, as ambições, a cobiça. (MAQUIAVEL. 2007. p.599)

⁴⁹ Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos quanto dos antigos ou mistos, são as boas leis e as boas armas; e, como não pode haver boas leis onde não houver boas armas – e onde há boas armas convém que haja boas leis -, deixarei de lado o tratamento das leis e falarei das armas. (MAQUIAVEL, O Príncipe. Capítulo XII).

⁵⁰ ” Feliz é a república à qual o destino outorga um legislador prudente, cujas leis se combinam de modo a assegurar a tranquilidade de todos, sem que seja necessário reformá-las. [...] Infeliz, porém, é a cidade que, não tendo tido um legislador sábio, é obrigada a restabelecer a ordem no seu seio. [...] Mas não há dúvida de que as reformas serão sempre perigosas, pois a maioria dos homens não se curva de boa vontade a uma lei inovadora[...]“ (MAQUIAVEL. **Discursos**. pag. 23)

premissa que todos os homens são maus, logo a presença das armas é necessária para alcançar o bom funcionamento das leis, porque pode acontecer de haver desobediência por alguns, prejudicando o bem comum.

Compreendendo que as leis e as armas se complementam, porém não têm importância equivalente, as armas tem supremacia frente as leis, é possível usar-se da força sem uma justificativa legal (pode haver justificativas circunstanciais), porém se torna inviável aplicar uma lei sem a presença das armas, eis que o cerne da legalidade se faz através da coerção. Ou seja, no Estado estão presentes o príncipe, legislador e povo, há uma harmonia, contudo, também existe a submissão em relação a figura que detém a força (príncipe), e essa relação de poder é necessária para não ocorrer um estado de anarquia. A forma da republica permite que o uso da força pelo príncipe seja dosado, evita-se a tirania.

Não obstante, Maquiavel, dado seu contato de diplomata com Franceses e Alemães, ainda vê que um aspecto econômico importante, para a manutenção do Estado e de seus exércitos, assim, no texto de julho de 1508, “Relatorios sobre as coisas da Alemanha”, traça um paralelo entre liberdade, a economia e a manutenção do Estado : *“E tanto mais o prejudica em sua liberalidade, que para fazer a guerra lhe é necessário mais dinheiro que a qualquer outro príncipe porque os seus povos, por serem livres e ricos, não são instados nem pela necessidade nem atraídos por qualquer afeição, mas o servem pela determinação da sua comunidade e pelo seu preço, de maneira que, se ao fim de trinta dias o dinheiro não aparece, logo, partem e não os podem reter rogos, ou esperança, ou ameaça, faltando-lhes o dinheiro. E se digo que os povos da Alemanha são ricos, é porque assim o são de fato. O que os faz ricos, em grande parte, é o viver como pobres, uma vez que não edificam, não vestem e não tem mantimentos em casa, bastando que tenham pão e carne em abundância e uma estufa para fugir do frio. (...) Gastam consigo dois florins em dez anos, e cada qual vive segundo a sua vontade e à devida proporção. Ninguém se importa como o que lhe falta e sim com o tem de necessário; suas necessidades são bem menores que as nossas, e desse costume resulta que não sai dinheiro de seu país também que estão contentes com o que lá se produz; gozam de vida rústica e livre que levam e não querem ir à guerra se não são bem pagos, nem isso também lhes bastaria se as comunidades assim não lhes determinassem.”*

9. O uso das armas pelo governante: o dilema entre ser amado e temido

Maquiavel compreende a importância das armas pertencerem aos governantes, pois a força é um fundamento de sustentação do Estado, devendo assim, ser representada pelo próprio Príncipe. Contudo, na época ao tratar da proteção do território contra ameaças externas, em razão da insuficiência de tropas internas, Florença encontrava-se a mercê dos exércitos mercenários. Sendo assim, tal situação representava fraqueza interna no seio da Republica, conseqüentemente, este aspecto refletia no cenário externo.

Para Maquiavel é muito simbólica a ideia de pertencimento das armas, haja vista que a figura que detém as armas ostenta a força. Nesse viés, o governante é quem deve possuí-las, pois sua figura representa o Estado. Logo, recompensar um general mercenário para representa-lo em um combate, é algo instável e arriscado, essa atuação só cabe ao próprio príncipe, sendo ele o principal interessado em deter a força e manter o seu governo.

No entanto, não significa que o governo deverá ser exercido através do uso ilimitado da força, de acordo com as circunstâncias o governante precisa dosar suas atitudes entre ser amado e temido. Neste ponto, apresenta-se o conceito de *virtú*. Em sua obra, Maquiavel aborda um conceito circunstancial de *virtú*, ou seja, sua forma e uso dependerá do sujeito e da ocasião⁵¹. Deste modo, ao dosar entre ser temido e amado o Príncipe deverá observar a ocasião para traçar suas ações.

Entretanto, quando Maquiavel encontrando-se em uma situação a qual é necessário o príncipe escolher entre ser amado ou temido, o autor sugere com base na volatilidade das emoções humanas que a escolha pelo temor é a mais adequada.⁵² Para ele o amor é mais volátil perdura por um curto espaço de tempo no sentimento dos homens, enquanto o temor é mais constante, pode ser fomentado ilimitadamente.

⁵¹ A *virtú* de cada homem é composta por qualidades diferentes; é possível ter *virtú* de muitas formas, dependendo da circunstância ou da ocasião. (MAQUIAVEL, **História de Florença**. Martins Fontes, São Paulo, 2007, p.610)

⁵² Pode-se responder que todos gostariam de ser ambas as coisas [se é melhor ser amado ou temido]; porém, como é difícil conciliá-las, é bem mais seguro ser temido que amado, caso venha a faltar uma das duas. Porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros, lhe oferecerão o próprio sangue, os bens, a vida e os filhos, mas só nos períodos de bonança [...], entretanto, quando surgirem as dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará ao ver-se despreparado para os reveses. (MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Capítulo XVII)

Além do mais, no temor existe a busca pelo não sofrimento, o sujeito teme algo que não vai lhe causar prazer, assim, está à procura de uma prestação negativa, os súditos sabem da força do governante e do sofrimento que seu uso é capaz de causar, sendo assim, evitarão ações que possam resultar no uso da força a seu desfavor.

Contudo, para Maquiavel até ao escolher ser temido a ser amado é necessário o uso da *virtú*, o temor que os súditos nutrem em relação ao soberano deve evitar que alcance o nível do ódio, pois ser temido em Maquiavel não é sinônimo de ser odiado, para o autor é possível ser temido sem ser odiado⁵³.

Na obra *O Príncipe*, percebe-se a divisão, entre a vida republicana, as ações do governante na gestão da republica, e, a vida militar, as ações do príncipe para evitar o fracasso bélico. Analisando o uso da *virtú* a partir de cada ocasião, no campo de batalha o governante naturalmente deve ser cruel⁵⁴, pois nenhuma crueldade se equipara ao fatídico fim de uma batalha perdida. Um governante bondoso durante um combate poderá corromper todo o exército encaminhando-o a desgraça. Entretanto, tal crueldade não deve ser aplicada na vida republicana, podendo despertar o ódio dos súditos e estruturar a ruína do príncipe.

Em suma, quanto aos exércitos Maquiavel vê a importância de sua formação interna, ou seja, os exércitos devem ser compostos pelas partes interessadas, o governante deve ser o representante central tanto na vida republicana quanto na vida militar, conseqüentemente, os soldados devem ser os próprios cidadãos, pois são os reais interessados em proteger o território e estão vinculados emocionalmente ao príncipe, logo se dedicarão integralmente no campo de batalha.

10. A instabilidade presente em Florença causada pelas facções e a dificuldade em lidar com os fatos da fortuna

Internamente e externamente a base de sustentação do governo são as armas e a política, porém em Florença tais fundamentos eram precários, os exércitos internos não eram

⁵³ Todavia o príncipe deve inspirar temor de tal modo que, se não puder ser amado, ao menos evite atrair o ódio, já que é perfeitamente possível ser temido sem ser odiado. (MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Capítulo XVII)

⁵⁴ [...] quando o príncipe está com seus exércitos e tem sob seu comando multidões de soldados, não deve importar-se absolutamente com a fama de cruel, pois sem ela não se mantém um exército unido nem disposto ao combate. (MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*, Capítulo XVII)

suficientes. Para Maquiavel a criação de exército interno composta pela sociedade fortaleceria o Estado, eis que estaria presente o sentimento de unidade, tal qual aconteceu durante o Império Romano (e também era um princípio em algumas cidades estados gregas).

Contudo, a desunião de Florença em razão das facções presentes na cidade nem sequer possibilitava a criação de um exército composto pelo povo (sem unidade, cada facção procurava defender seus próprios interesses) para a proteção da cidade e o fortalecimento de sua estrutura. Em razão dos interesses distintos os florentinos não se organizaram para proteger a cidade, direcionando todas as suas forças e emoções aos conflitos particulares entre as facções, deixando de lado o interesse público de fortalecimento do Estado, o objeto comum a todos. Neste contexto, é possível notar que o privado se sobressai ao público, enfraquecendo o Estado, como se viu na Conspiração dos Pazzi.

Sendo assim, é possível perceber que em razão dessas disputas Florença não se caracteriza como uma cidade soberana, haja vista que suas bases estruturais não são capazes de conter os conflitos causados pelos interesses particulares, vez que as facções se sobressaem ao interesse público. Mesmo havendo a figura do príncipe como soberano, essa figura não é capaz de inibir os conflitos responsáveis pela ausência de soberania da cidade.

O príncipe é titular da soberania em razão de haver uma relação de poder entre ele e seus súditos, que passaria a ignorar os poderes eclesiásticos, logo a falta de soberania da cidade poderá resultar na ruína do governante. No caso de Florença, ser o governante é ser o soberano de uma cidade sem soberania, deste modo, a manutenção do poder se torna insuportável, requerendo ao príncipe maior uso da *virtú*.

Visto que Florença era dominada pelas facções as disputas entre elas causavam desorganização social. Cabe aqui trazer que a política é afetada por acontecimentos incalculáveis que influenciam os resultados bem como os meios utilizados para alcançá-los, e a presença das facções ao afetar a vida pública aumenta as dificuldades em enfrentar os fatos do acaso.

Tais imprevistos são tratados em Maquiavel como fortuna, a vida política de uma cidade está sujeita a ser afetada pela fortuna. Nesse contexto, se o Estado possui fundamentos sólidos, ou seja, se há boas armas e boas leis, contribui para o êxito ao enfrentar um fato do acaso. Por exemplo, as fragmentações em Florença, prejudicam a proteção territorial, frente a

uma possível invasão inimiga todos se encontrarão vulneráveis, caracterizando como um ponto desfavorável frente ao acaso.

A fortuna em Maquiavel é algo concreto e incalculável que afeta a vida política, e é a partir da *virtú* que se enfrenta os fatos da fortuna. Como foi dito, *virtú* é uma qualidade não estabelecida, ou seja, ela se molda em conformidade com o fato da fortuna. Por ser uma qualidade prática ela diz respeito ao sujeito, podendo ser características peculiares de cada homem, tanto o governante pode ter *virtú* quanto seus súditos. Vez que o príncipe deve ter *virtú* ao encarar os fatos do acaso pelos quais sua posição o faz responsável pelo resultado. Como também, os súditos devem agir do mesmo modo ao participar da vida pública.

Considerações finais

Maquiavel é um ícone para a história e ciência política, foi determinantemente influenciado pelos ecos do Renascimento e influenciador do mesmo momento histórico, foi torturado e exilado, portanto, não vivenciou a somente o lado palaciano daquele momento, teve a oportunidade de conviver com as discussões internas italianas, mas além disso, por ser diplomata teve bom contato com os franceses e alemães, do qual pode tecer críticas à todos, desde algum estilo de vida dos italianos quanto ao empenho de palavra dos franceses. Sua obra é claramente o suporte de quem teve a perspicácia de intelectualizar em suas obras todos esses aspectos.

Ao desenvolver seu pensamento jamais deixa de trazer fatos pretéritos como auxiliares no enfrentamento de adversidades políticas atuais, bem como, em sua vasta obra recorrentemente são demonstrados exemplos de personagens épicos. Eis que a política é repetitiva e contínua, pois faz parte da história humana na construção das relações sociais. O conhecimento das circunstâncias que levaram a ruína de muitos Estados evita o fatídico fim de futuros governantes. Nesse viés, analisando a obra maquiaveliana observa-se o historicismo como marca.

Esse apego que o autor nutre pela história não se limita unicamente as ações humanas, são ações humanas em sua maior parte vinculadas a participação política, ou seja, os principais exemplos apresentados são de governantes e também do comportamento dos súditos, frente a determinadas circunstâncias. A obra de Maquiavel vislumbra como finalidade o bem comum, tanto ao governante quanto aos súditos, o Estado.

Sendo assim, o cerne é a manutenção coesa do Estado, pois, consoante fatos históricos, apenas o trabalho conjunto realizado entre governantes e súditos evita a rápida degradação do órgão estatal. Nessa toada, Maquiavel compreende que a forma de governo republicana é a que melhor atende essa finalidade.

REFERÊNCIAS

ARANOVICH, Patrícia, **O *riscontro*: Considerações sobre a política e a história em Maquiavel**, Tempo da Ciência, vol.20, n°40, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. .18° ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2011.

ESTADÃO. **Estadao.com.br**. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/veneza-serenissima-prodigio-engenharia-sec-5/>. Acesso em: 3 de setembro de 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. 1ª. ed. São Paulo: L&PM Pocket, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. 3ª.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau *in* **Escritos políticos**, texto integral, Martin Claret, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (comentado por Napoleão Bonaparte). 8ª. ed. São Paulo: hemus editora, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau. Como o Duque Valentino matou Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o Duque de Gravina Orsini, in <http://penbalmedia.com/Essays/03-Machiavelli-Duke-Valentino.html?i=1> e em *Escritos Políticos*, Martin Claret,2002.

MONTEIRO, João Gouveia. **História concisa do Império Bizantino: das origens à queda de Constantinopla**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

NUNES, S. G. S. **As Origens do Constitucionalismo Calvinista e o Direito de Resistência: A legalidade bíblica do profeta em John Knox e o contratualismo secular do jurista em Théodore de Bèze**. Teses (Doutorado) USP. 2016.